



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Licenciatura em História**

**Monografia apresentada para obtenção do Grau de Licenciatura**

**Título:** Emigração de Mulheres Moçambicanas para a Antiga República  
Democrática Alemã 1979-1990

**Autora:**

Delfina Vicente Langa

Maputo, Dezembro de 2024



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Licenciatura em História**

Emigração de Mulheres Moçambicanas para a Antiga República Democrática Alemã  
1979-1990

Ensaio de Culminação de Estudos apresentado em cumprimento dos requisitos para  
obtenção de grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

**Autora:**

Delfina Vicente Langa

**O Júri**

Paulo Lopes, PhD

José C. Mandlate, MA

Maputo, Dezembro de 1979-1990

## Índice

Declaração de honra.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimento.....	III
Abreviaturas.....	V
Resumo.....	VI
Capítulo I.....	1
1. Introdução.....	1
Objectivos do Trabalho.....	1
1.1. Objectivo Geral.....	1
1.1.1. Objectivos específicos.....	1
1.2. Estrutura do trabalho.....	1
1.3. Argumento e problemática.....	2
1.4. Pergunta de Investigação.....	4
1.5. Revisão da literatura.....	4
1.6. Justificação.....	6
17. Balizas Cronológicas.....	6
1.8. Metodologia de investigação.....	7
1.9. Definição de Conceitos.....	7
<b>CAPÍTULO II: CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DE MOÇAMBIQUE NA DÉCADA 70 Á 80.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO III. AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E A ANTIGA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ E O ACORDO DE COOPERAÇÃO E AMIZADE.....</b>	<b>11</b>
3.1. Contexto histórico dos acordos de cooperação e amizade entre a RDA e a RPM... 11	
3.1.1. Acordo de cooperação e amizade entre RDA e RFA.....	12
3.1.2. Critérios de selecção.....	14

CAPÍTULO IV: RECRUTAMENTO DAS MULHERES MOÇAMBICANAS PARA A ANTIGA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ .....	15
4.1. Primeiro estágio de Recrutamento: 1979- 1985.....	15
4.1.1. Locais de encontro durante o recrutamento .....	17
4.2. Segundo Estágio de Recrutamento 1985-1989 .....	17
4.2.1. Local do encontro durante o recrutamento .....	19
4.3. Requisitos necessários para migrar .....	19
4.4. Dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante o recrutamento.....	20
CAPÍTULO V: INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL DAS MULHERES MOÇAMBICANAS NA ANTIGA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ.....	22
5.1. Salários.....	23
5.1.1. Horário e regras de trabalho.....	24
5.1.2. Acidentes de trabalho.....	25
5.1.3. Relações de gênero no trabalho .....	26
5.2. Integração social das mulheres na República Democrática Alemã .....	28
5.2.1. Tempo de Lazer .....	29
CAPÍTULO VI: REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA E REPATRIAMENTO .....	31
CAPÍTULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>38</b>
Cronologia.....	43
Anexos .....	45



## **Declaração de honra**

“ Declaro que este ensaio de Culminação de Estudos nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal”

***Delfina Vicente Langa***

## **Dedicatória**

Dedico essa monografia a Deus e aos meus pais: Vicente David Langa e Cacilda Machene.

A minhas irmãs: Judith Langa; Luísa Langa e Ana Paula Langa e as mulheres Madgermans.

## **Agradecimento**

Em primeiro lugar, dedico toda a glória e honra a Deus, pois foi Ele quem me guiou e sustentou até este momento. Como está escrito: “Ebenézer, até aqui o Senhor me ajudou”. Agradeço profundamente a Deus por ter iluminado o meu caminho e permitido que eu alcançasse este marco. Obrigada, Senhor.

Em segundo lugar, quero expressar a minha eterna gratidão aos meus pais, Vicente David Langa e Cacilda Machene. Vocês são a personificação da mensagem bíblica que nos ensina: “Instrui a criança no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer não se desviará dele.” Obrigada por terem investido no meu desenvolvimento acadêmico e em todas as áreas da minha vida. Vocês são os meus pilares em todos os sentidos. Amo-vos profundamente e reconheço os sacrifícios que fizeram e continuam a fazer por mim. Desejo que Deus vos abençoe abundantemente e vos conceda muitos anos de vida. Amo-vos imensamente.

Em terceiro lugar, agradeço às minhas irmãs, as melhores que alguém poderia desejar: Judith Langa, Luísa Langa e Ana Paula Langa. Obrigada por todo o apoio incondicional e pela força incansável com que sempre me acompanharam. Também agradeço ao meu querido amigo Alfredo Mecitia, cuja amizade e suporte foram inestimáveis.

Em quarto lugar, dirijo os meus sinceros agradecimentos a todos os docentes da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, que tanto contribuíram para o meu aprendizado ao longo destes anos. Obrigada por cada ensinamento e partilha de conhecimento. Recordarei de todos vocês com carinho e respeito eternos.

De forma especial, agradeço ao Doutor Paulo Lopes José e ao Mestre José Mandlate pelo acompanhamento atento e dedicado durante a elaboração desta monografia. O vosso apoio, desde a apresentação da proposta até à conclusão deste trabalho, foi fundamental. Desejo-vos bênçãos infinitas.

Agradeço ainda ao Mestre Adérito Machava pela sua generosidade em partilhar documentos essenciais para esta pesquisa e pelo tempo e atenção que dedicou a ajudar-me. Ao Prof. Doutor Marlino Mubai, agradeço pela sua disponibilidade constante em me orientar em qualquer dificuldade académica. Obrigada também ao Lic. Júlio

Machel pelos esclarecimentos que me proporcionaram durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Quero também agradecer aos meus colegas, que me ajudaram de forma directa e indirecta. Em particular, ao grupo Zoom 1, formado por Gilda Artur Chaúque, Núria Chali e Júlio Constantino Cossa. Vocês tornaram esta jornada académica mais leve e cheia de companheirismo. Obrigada por serem a minha família ao longo desta licenciatura.

Agradeço profundamente aos Madgerman's, cuja colaboração tornou possível a realização desta monografia. Um agradecimento especial à Senhora Raquel, que incansavelmente me ajudou a identificar as mulheres para as entrevistas, e ao Senhor José Escrivão. Que Deus vos abençoe sempre.

Às minhas melhores amigas, Valdimira Ricardo, Marla Fumo e Rofina Chaú, deixo um agradecimento especial. Vocês estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida, oferecendo apoio, carinho e força. Amo-vos intensamente e espero que Deus cuide de cada uma de vocês em todas as áreas das vossas vidas.

Não poderia deixar de mencionar a colega Julieta Naputo, cuja amizade e companheirismo foram preciosos, e ao Rodrigues Roberto Chipembere pelo seu apoio contínuo, de igual forma expressei minha gratidão ao Arlindo André Machava pela paciência no processo da organização do trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles cujos nomes não foram mencionados, mas que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

“Que Deus abençoe a todos de forma rica e poderosa.”

## **Abreviaturas**

**EUA:** Estados Unidos da América

**RPM:** República Popular de Moçambique

**RDA:** República Democrática Alemã

**RFA:** República Federal Alemã

**OMM:** Organização das Mulheres Moçambicanas

**RENAMO:** Resistência Nacional Moçambicana

**FRELIMO:** Frente de Libertação de Moçambique

**PRE:** Programa de Reajustamento Estrutural

**MITSCS:** Ministério de Trabalho e Segurança Social

**URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Resumo

A emigração de mulheres moçambicanas para a antiga República Democrática Alemã (RDA) constituiu a primeira experiência de emigração legal de mulheres moçambicanas para um país estrangeiro. Este movimento migratório foi viabilizado através do Acordo de Cooperação e Amizade assinado entre a RDA e a República Popular de Moçambique (RPM) a 24 de Fevereiro de 1979, que previa o envio temporário de trabalhadores, incluindo homens e mulheres, para a RDA. Este processo de emigração beneficiou a RPM ao oferecer uma solução para o problema do desemprego em Moçambique, agravado pela retirada de trabalhadores moçambicanos das minas da África do Sul. Adicionalmente, contribuiu para mitigar a escassez de mão-de-obra qualificada, um fenómeno resultante do êxodo rural. Por sua vez, a RDA beneficiou deste acordo ao colmatar a falta de mão-de-obra, consequência da baixa taxa de natalidade, e ao estabelecer Moçambique como uma fonte de matérias-primas, reforçando, simultaneamente, a expansão do socialismo. As mulheres seleccionadas para este programa apresentavam um perfil específico: tinham entre 18 e 25 anos, gozavam de boa saúde, possuíam um nível de escolaridade correspondente à quarta classe concluída e demonstravam compromisso com o trabalho. Na fase inicial, as inscrições eram realizadas no Ministério do Trabalho, sendo posteriormente descentralizadas para os bairros. Era também necessário possuir Bilhete de Identidade (BI) e cartão de marcha para formalizar a inscrição. O recrutamento ocorreu em dois períodos distintos: o primeiro, de 1979 a 1985, focado na formação de trabalhadores especializados, e o segundo, de 1985 a 1989, orientado para a prestação de serviços. Após a selecção, as mulheres eram alojadas em pousadas, onde aguardavam a data de partida para a Alemanha.

Ao chegar à RDA, estas mulheres foram integradas em diversas indústrias, como têxtil, agricultura, química, electrónica e transporte, entre outras. As condições laborais oferecidas incluíam direitos equiparados aos dos trabalhadores alemães, com salários compatíveis, férias e feriados. Contudo, exigia-se rigorosa disciplina no local de trabalho. Nos tempos livres, podiam visitar outras cidades, organizar festas ou frequentar discotecas. No entanto, havia restrições severas sobre relacionamentos

amorosos com cidadãos alemães, bem como sobre gravidezes, que resultavam no repatriamento imediato para Moçambique.

A reunificação da Alemanha em 1990 teve um impacto profundo na vida destas mulheres. Muitas foram obrigadas a regressar a Moçambique de forma abrupta, frequentemente sem compensações ou explicações claras. Este retorno forçado ficou conhecido como o "Regresso Inesperado" ou o "Regresso Massivo das Madgermans"

## **Capítulo I**

### **1. Introdução**

Durante a luta de libertação nacional, a FRELIMO desenvolveu relações internacionais com diferentes países Africanos e não Africanos, incluindo a República Democrática Alemã (RDA), que começou a prestar seu apoio a Moçambique a partir de 1960, oferecendo treinamento militar e armamento. No dia 25 de Junho de 1975, Moçambique ficou independente do colonialismo português. Posteriormente em 1977, o presidente Samora Moisés Machel adaptou o Marxismo-leninista como orientação política, o que levou a RDA a declarar a República Popular de Moçambique (RPM) como seu parceiro comercial prioritário em África. A 24 de Fevereiro de 1979, os governos de Moçambique e da Antiga RDA assinaram um acordo de cooperação e amizade. Este acordo previa o envio temporário de trabalhadores Moçambicanos para a RDA, abrangendo homens e mulheres ( LUCAS, 2002:1)

### **Objectivos do Trabalho:**

#### **1.1. Objectivo Geral:**

- Estudar a Emigração de mulheres Moçambicanas para a antiga República democrática Alemã

#### **1.1.1. Objectivos específicos:**

- Analisar o contexto Social e Económico de Moçambique na década 70 e 80
- Explicar os acordos de cooperação e amizade entre Moçambique e Antiga República democrática Alemã;
- Descrever o processo recrutamento das Mulheres para RDA;
- Descrever as formas de integração social e profissional das mulheres;
- Explicar o impacto da Reunificação Alemã e repatriamento.

#### **1.2. Estrutura do trabalho**

O trabalho está estruturado em seis Capítulos:

- 1. Introdução:** Apresentação do tema, objectivos, argumento e problemática, Revisão da Literatura, Justificação da escolha do tema, Justificação das Balizas Cronológicas e Metodologia do trabalho.

2. **Contexto Social e Económico de Moçambique na década 70 á 80**
3. **Relações Diplomáticas entre Moçambique e a Antiga República Democrática Alemã:** onde trata do contexto da assinatura do acordo de trabalho e cooperação, os termos e condições de envio de jovens para a Antiga República Democrática Alemã.
4. **Recrutamento das Mulheres Moçambicanas para a Antiga República Democrática Alemã,** fazendo a descrição do processo de recrutamento, as fases do recrutamento das Mulheres, assim como também os desafios enfrentados pelas mulheres durante esse processo de recrutamento.
5. **Integração Profissional das Mulheres na Antiga República Democrática Alemã:** Análise da inserção das mulheres nos sectores laborais, incluindo salários, Horários, regras de trabalho e as relações de gênero no trabalho.
6. **Reunificação da Alemanha e o Repatriamento:** Apresentação do contexto da unificação Alemã e o impacto económico Moçambique, os efeitos sobre as Mulheres que trabalhavam na Alemanha e o seu retorno ao País.
7. **Conclusão:** Considerações finais sobre os principais resultados do trabalho. Por fim, o trabalho inclui as **Referências Bibliográficas, compilando** todas as fontes utilizadas.

### 1.3. Argumento e problemática

Quando se estudam fenómenos de trabalho migratório, a abordagem tende frequentemente a ser geral, com um foco predominante nos homens. Este trabalho, contudo, concentra-se na emigração de mulheres moçambicanas, procurando preencher uma lacuna na historiografia ao introduzir uma análise baseada no género, oferecendo uma nova perspectiva sobre o trabalho migratório.

A emigração de mulheres moçambicanas para a antiga República Democrática Alemã (RDA) representou a primeira experiência documentada de migração legal de mulheres moçambicanas para o exterior. Este movimento foi possibilitado pelo Acordo de Cooperação e Amizade assinado a 24 de fevereiro de 1979 entre a RDA e a República Popular de Moçambique (RPM). O acordo visava o emprego temporário de jovens moçambicanos na RDA e marcou uma mudança significativa, ao incluir, pela primeira vez, a migração legal de mulheres, em contraste com os anteriores acordos migratórios,

como o estabelecido com a África do Sul em 1897, que abrangia exclusivamente os homens.

O recrutamento das mulheres ocorreu em dois estágios:

1. **Primeira fase (1979-1985):** caracterizada por critérios rigorosos de selecção, privilegiando a formação técnica.
2. **Segunda fase (1985-1989):** marcada por uma flexibilização dos critérios de recrutamento devido à elevada procura de mão-de-obra pela RDA, agravada pela redução de trabalhadores provenientes da Argélia e de Cuba.

Estava prevista uma terceira fase de recrutamento, que não se concretizou devido às mudanças políticas e económicas decorrentes da reunificação alemã.

A análise da emigração moçambicana para a Alemanha revela um grupo heterogéneo em termos de género, idade, nível educacional e outros factores. Apesar disso, todos os migrantes, independentemente das suas diferenças, foram classificados sob a designação genérica de Madgerman's<sup>1</sup>. A participação das mulheres foi limitada, devido a dois factores principais:

1. **Cultura e normas sociais:** na sociedade moçambicana, a emigração feminina não era amplamente aceite, sendo incomum que mulheres migrassem em busca de melhores condições de vida através do trabalho. Esta percepção cultural contribuiu para a baixa adesão feminina ao programa.
2. **Nível educacional:** após a independência, uma parte substancial das mulheres moçambicanas enfrentava limitações educacionais, com baixos níveis de escolaridade ou analfabetismo, o que restringiu a sua elegibilidade, especialmente na primeira fase de recrutamento.

Na primeira fase (1979-1985), as mulheres constituíam apenas 10% dos trabalhadores moçambicanos nas empresas da RDA. Na segunda fase (1985-1989), essa proporção aumentou para 28%, resultado da elevada necessidade de mão-de-obra por parte da RDA, que relaxou os critérios de selecção anteriormente rigorosos.

A queda do Muro de Berlim, seguida da reunificação alemã, teve consequências profundas. O acordo bilateral de cooperação foi denunciado, levando ao regresso forçado

---

<sup>1</sup> Madgerman's: Termo usado para designar Moçambicanos que trabalharam na RDA em 1979-1990

de cerca de 1.471 mulheres a Moçambique. Este retorno ocorreu num contexto de instabilidade económica e social, marcado pela destruição de infraestruturas devido à guerra de desestabilização, comprometendo os planos de reintegração e resultando em desemprego generalizado para as retornadas.

#### **1.4. Pergunta de Investigação:**

Quais foram os factores políticos, sociais e económicos que influenciaram a emigração de mulheres moçambicanas para a antiga República Democrática Alemã entre 1979 e 1990, e quais os impactos desta experiência nas suas vidas e na sociedade moçambicana?

#### **1.5. Revisão da literatura**

A emigração de moçambicanos para diferentes destinos internacionais tem sido amplamente estudada, especialmente no contexto da migração laboral para a África do Sul. Pesquisas de autores como Covane (2001), Cush, Jeeves e Yudelman (1991), Gaspar (2006) e James (1992) destacam-se neste campo, abordando as dinâmicas e implicações desta migração. Em contraste, os estudos sobre a emigração de moçambicanos para a antiga República Democrática Alemã (RDA) são consideravelmente mais escassos. Esta limitação deve-se, em parte, à falta de fontes disponíveis e às dificuldades de acesso a informações arquivísticas, como aquelas do Ministério do Trabalho, que restringem a profundidade das análises.

Entre os trabalhos existentes, destaca-se a monografia de Lucas (2002), que explora a *mão-de-obra moçambicana na RDA* em cinco capítulos. O autor inicia o estudo com o acordo de 1979 que estabeleceu a emigração temporária de moçambicanos para a RDA, seguindo-se uma análise do recrutamento dessa mão-de-obra. Aborda, também, as condições socioeconómicas e laborais dos trabalhadores, as implicações da unificação alemã e, finalmente, os descontos de 60% no seguro social dos emigrantes. Lucas argumenta que esta migração representou a primeira experiência de emigração moçambicana pós-independência para fora do continente africano. Além disso, aponta que muitos jovens, no início das suas carreiras, viam na oportunidade de trabalhar na RDA um atractivo para melhorar as condições de vida ou escapar ao serviço militar obrigatório.

Hernández (2011), na sua tese intitulada *Ma(D)jermanes: Passado colonial e presente diasporizado. Reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do Socialismo colonial Europeu*, oferece uma perspectiva complementar. O autor analisa o impacto social do regresso dos Madgermanes, destacando o respeito e admiração que estes migrantes despertaram na sociedade moçambicana. Para Guerra, os Madgermanes regressaram como ícones de modernidade, trazendo consigo bens materiais caros e raros no contexto moçambicano, simbolizando uma forma de modernização importada.

Por sua vez, Elias (s.d.) aborda o regresso inesperado dos trabalhadores moçambicanos da RDA. O autor descreve o modo de vida dos migrantes durante a sua estadia na Alemanha e os contextos laborais das diversas empresas onde trabalharam. Elias argumenta que o regresso abrupto teve consequências negativas significativas para os moçambicanos, sublinhando que o fenómeno afectou não apenas os trabalhadores moçambicanos, mas também migrantes de outros países presentes na RDA.

Schenck(2022), no artigo *Uma breve história dos(as) Madgermanes moçambicanos(as)*, apresenta uma visão concisa do fenómeno. A autora enfatiza que a reunificação da Alemanha e o colapso da RDA resultaram no abandono dos acordos laborais que sustentavam o programa de migração. Contudo, destaca que os legados dessa experiência continuam presentes, com os Madgermanes a utilizarem as suas memórias positivas da RDA para criticar o que percebem como o fracasso do projecto de modernização em Moçambique.

Finalmente, Quive e Machava (2023), no estudo *Eine zerbrochene Vision? Wie Samora Machels Projekt für eine Elitebildung in der DDR entgleiste (Uma visão quebrada? Como o projecto de Samora Machel para educação da elite descarrilou na RDA)*, analisam as complexas relações entre a RDA e a República Popular de Moçambique (RPM). Os autores argumentam que essas relações eram moldadas por interesses geopolíticos, estratégicos e paternalistas. Enquanto a FRELIMO procurava formar uma elite educada para consolidar a ideologia socialista e o sistema de partido único, a RDA utilizava essas relações para expandir a sua influência na Guerra Fria e assegurar interesses económicos na África Austral.

Diante deste contexto, o presente trabalho foca-se na emigração de mulheres moçambicanas para a antiga República Democrática Alemã. Embora existam estudos abrangentes sobre a emigração de moçambicanos para a RDA, estes tendem a abordar o

fenómeno de forma geral, sem distinção entre os géneros. Este estudo propõe-se a preencher essa lacuna, ao analisar especificamente a experiência das mulheres, reconhecendo as suas particularidades e os desafios que enfrentaram no contexto da migração laboral para a RDA.

## **1.6. Justificação**

A escolha do tema “Emigração de Mulheres Moçambicanas para a Antiga República Democrática Alemã (1979-1990)” fundamenta-se na sua relevância como contribuição para os estudos sobre migração laboral no contexto das relações entre Moçambique e a antiga República Democrática Alemã. Esta migração representou não apenas a primeira experiência legal de emigração feminina para um país europeu, mas também a primeira migração internacional ocorrida após a independência da República Popular de Moçambique.

A pertinência do tema reside no facto de ainda não terem sido realizados estudos que analisem a emigração para a RDA sob a perspectiva do género. Ao explorar especificamente a experiência das mulheres, esta investigação pretende abordar uma lacuna significativa nos estudos migratórios, ao mesmo tempo que oferece uma contribuição valiosa para o avanço da área científica. A separação de género nesta análise permitirá compreender melhor as especificidades, os desafios e as implicações da migração feminina no período em questão, enriquecendo o campo da historiografia e da sociologia do trabalho.

## **1.7. Balizas Cronológicas**

Este trabalho abrange o período de 1979 a 1990. A escolha de 1979 como ponto de partida justifica-se pelo facto de ter sido o ano da assinatura do acordo de cooperação e amizade entre a antiga República Democrática Alemã (RDA) e a República Popular de Moçambique (RPM). Este acordo estabeleceu o quadro para o emprego temporário de jovens moçambicanos na RDA e marcou o início do recrutamento e envio de mulheres moçambicanas para aquele país europeu.

O ano de 1990 foi escolhido como o ponto final do estudo por corresponder ao regresso dos moçambicanos da RDA a Moçambique, um processo conhecido como o “regresso

inesperado”. Este evento marcou o encerramento do programa migratório, consequência da reunificação alemã e do fim dos acordos bilaterais que sustentavam a migração laboral.

### **1.8. Metodologia de investigação.**

Para o presente estudo foi adoptado um método qualitativo, baseado no cruzamento de diferentes fontes históricas. Entre as fontes primárias utilizadas, destacam-se documentos encontrados na biblioteca do Arquivo Histórico de Moçambique, como edições da revista Tempo, o jornal Notícia, o livro de António Elias e o acordo sobre o emprego temporário de trabalhadores moçambicanos na RDA.

Além disso, foi realizada uma recolha de fontes secundárias, incluindo livros, artigos académicos, teses e documentos eletrónicos que abordam o contexto político, social e económico de Moçambique após a independência, bem como estudos relacionados com a emigração de moçambicanos para a antiga República Democrática Alemã.

O trabalho também contou com o uso de fontes orais, obtidas através de entrevistas com diferentes mulheres moçambicanas que participaram neste programa de migração laboral. Estas entrevistas forneceram relatos detalhados e perspectivas pessoais sobre a experiência vivida.

Contudo, a investigação enfrentou algumas limitações. Uma das principais foi a recusa de acesso ao arquivo de documentação do Ministério do Trabalho e Segurança Social, o que impossibilitou a realização de entrevistas com funcionários deste ministério e dificultou a obtenção de dados estatísticos necessários para a análise. Estas restrições limitaram a profundidade do estudo em determinados aspectos, mas não comprometeram os seus objectivos principais

### **1.9. Definição de Conceitos**

**Emigração:** refere-se ao movimento de saída de indivíduos de um país ou região de origem para outro local.

**Madgerman's:** Termo utilizado para designar o grupo de moçambicanos que viveu e trabalhou na Alemanha Oriental entre 1979 e 1990, no âmbito do acordo de cooperação entre a República Popular de Moçambique e a antiga República Democrática Alemã.

**Mulheres Madgerman's:** refere-se especificamente ao grupo de mulheres moçambicanas que participaram no programa de migração laboral na Alemanha Oriental durante o período de 1979 a 1990.

## **CAPÍTULO II: CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DE MOÇAMBIQUE NA DÉCADA 70 Á 80**

Após a independência, o governo de Moçambique adoptou o marxismo-leninismo como orientação política, tendo como lema a criação de um “homem novo”, uma “nova sociedade” e uma “nova mentalidade”. Um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade moçambicana na época foi a construção de uma identidade nacional que envolvia o resgate dos valores culturais locais e a eliminação de hábitos, costumes e vícios herdados do colonialismo. Para alcançar esse objectivo, o governo implementou medidas como a criação de campos de reeducação, destinados a indivíduos considerados contrários ao regime marxista-leninista ou classificados como xiconhocas. Para os internados, esses campos simbolizavam violência e sofrimento. (Fonseca & Ribeiro, 2019:2)

Simultaneamente, Moçambique enfrentou graves desafios sociais e económicos, exacerbados por eventos como a guerra de desestabilização iniciada em 1976 e as calamidades naturais ocorridas em 1977 e 1978. Esses acontecimentos provocaram fome generalizada e dificuldades no funcionamento das indústrias, resultando num elevado nível de desemprego (Cruz, 2015).

Na década de 1970, 70% das raparigas em Moçambique abandonaram a escola devido a casamentos precoces, pobreza e à desvalorização da educação feminina por parte das famílias. Esse fenómeno era reflexo da herança colonial, que restringia o acesso das mulheres à educação e reforçava o seu papel como reprodutoras. (Carvalho, 2020:167)

Na sociedade da época, prevalecia a ideia de que as mulheres deveriam casar, constituir família e dedicar-se exclusivamente aos cuidados do lar, sendo raro encontrar mulheres com educação formal. Aquelas que possuíam a quarta classe eram consideradas relativamente letradas e tinham melhores perspectivas de emprego. Foi neste contexto que muitas mulheres, ao tomarem conhecimento do recrutamento para a República Democrática Alemã (RDA) a partir de 1979, abandonaram os estudos para buscar uma oportunidade de trabalho no estrangeiro. Para estas mulheres, a Alemanha representava uma alternativa para alcançar dignidade social, fugir da fome, da guerra civil e dos campos de reeducação. ( Entrevistada: Lídia Júlio, 16 de Outubro de 2024)

As razões que levaram mulheres moçambicanas a emigrar para a antiga RDA eram diversas. Algumas procuravam melhorar as suas condições de vida, enquanto outras viam na migração uma forma de escapar às dificuldades impostas pela guerra civil, que era uma barreira ao progresso económico. Houve também aquelas que emigraram movidas pelo desejo de aventura, prosperidade ou pela curiosidade de conhecer o estrangeiro. Para algumas, a Alemanha tornou-se um refúgio, fugindo de pais que pretendiam enviá-las para campos de reeducação devido ao seu comportamento em casa. Como relatou uma entrevistada:

*“Viajaram para a Alemanha algumas mulheres que bebiam muito e não tinham bom relacionamento com os seus pais”* (Graça Magaia, entrevista, 16 de Outubro de 2023).

A seca de 1983, causada por desastres naturais (Mubai,2001: 5), agravou ainda mais a fome no país, levando outras mulheres a optar pela emigração para a RDA. Na década de 1980, 46% do orçamento do Estado era destinado à defesa, e, em 1987, foi introduzido o Programa de Reajustamento Estrutural (PRE). Este programa obrigou as empresas a ajustarem a sua força de trabalho às reais capacidades financeiras, o que resultou num aumento do desemprego feminino. (Lucas, 2002:29)

Foi neste cenário de crise social, económica e política que muitas mulheres moçambicanas decidiram emigrar para a Alemanha Oriental, procurando não apenas melhores condições de vida, mas também escapar das adversidades que marcavam o quotidiano em Moçambique.

### **CAPÍTULO III: AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E A ANTIGA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ E O ACORDO DE COOPERAÇÃO E AMIZADE**

#### **3.1. Contexto histórico dos acordos de cooperação e amizade entre a RDA e a RPM**

O fim da Segunda Guerra Mundial (1945) marcou o surgimento de duas grandes ideologias globais, baseadas em modelos distintos de organização económica e política. De um lado, o modelo de produção socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e, do outro, o modelo de produção capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA). (Nhanza,2024:6)

Nesse contexto, a Alemanha foi dividida em dois estados distintos após o fim da ocupação dos Aliados, originando a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã (RDA) (Trapp & Saldanha, s.d.:7).

Os países do Bloco de Leste, particularmente a RDA, implementaram iniciativas políticas que visavam promover o socialismo em escala global. Factores ideológicos, políticos e económicos determinaram o apoio da RDA a países do terceiro mundo, incluindo Moçambique. (Machava & Quive,2023:157)

As relações entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a RDA remontam à década de 1960 e prolongaram-se até o início da década de 1980. O primeiro contacto foi estabelecido por Marcelino dos Santos em 1963 e fortalecido por Samora Machel em 1971. (Lucas, 2002:21)

Durante a luta de libertação, a RDA manteve laços de solidariedade e amizade com a FRELIMO, fornecendo apoio técnico e material desde 1967. Esse apoio incluía vestuário, botas, dinheiro e transporte, contribuindo significativamente para as operações contra o colonialismo português (Machava & Quive, 2023:157).

Samora Machel, presidente da FRELIMO na época, valorizava a aliança com a RDA, considerando-a um país que, assim como Moçambique, emergiu de uma luta contra a opressão. Conforme destacou o jornal Notícias *em 1979*:

*“Quando não tínhamos roupa necessária, quando não tínhamos botas que nos permitissem marchar longas distâncias, foram capazes de mobilizar os seus*

*operários, trabalhadores, juventude, mulheres da RDA para apoiar com roupa, botas, dinheiro, transporte, para nós podermos impulsionar a guerra contra os colonialistas portugueses.”*

A RDA via o apoio a Moçambique como uma forma de contribuir para a construção de uma nova ordem socialista internacional, buscando simultaneamente fortalecer o seu reconhecimento internacional como estado soberano em concorrência com a República Federal da Alemanha (Machava & Quive,2023:157).

Após a independência de Moçambique, alcançada a 25 de Junho de 1975, o governo moçambicano consolidou a sua orientação socialista no terceiro congresso do partido, realizado em 1977, onde foi formalmente adoptado o marxismo-leninismo (Quive & Machava, 2023:158). Nesse mesmo período, a RDA declarou Moçambique como o seu parceiro comercial prioritário em África (Schenck,2022:2).

### **3.1.1. Acordo de cooperação e amizade entre RDA e RFA**

No dia 24 de Fevereiro de 1979, a República Popular de Moçambique e a antiga República Democrática Alemã (RDA) assinaram um acordo de cooperação e amizade que estabelecia o envio temporário de jovens moçambicanos para a RDA. O acordo foi formalizado no âmbito da visita oficial de Erich Honecker, secretário-geral do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha e Presidente do Conselho de Estado da RDA, a Moçambique, realizada entre os dias 22 e 24 de Fevereiro de 1979.

Durante esta visita, os dois governos analisaram a situação internacional e discutiram o fortalecimento das suas relações bilaterais, descritas como sólidas e caracterizadas por uma camaradagem mútua (Notícia, Maputo, 1979).

A assinatura do acordo foi motivada pela necessidade de aprofundar a cooperação entre os dois países, num contexto em que Moçambique planeava grandes projectos de desenvolvimento económico em sectores como mineração de carvão, agricultura e pecuária, florestas, têxteis, metalomecânica, montagem de camiões IFA, processamento de cobre e mineração de lenhite (Lucas, 2002:21; Tempo, 1979; Doering, 1999:233).

As conversações envolveram importantes figuras de ambos os países. Pelo lado moçambicano, participaram líderes como Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Jacinto Venoso, Alberto Cassimo, Júlio Zamith, Sérgio Vieira, Baltazar Alves, Salomão

Munguambe e Valeriano Ferrão. Pelo lado da RDA, estiveram presentes personalidades como Oskar Fischer, Fraudel Trappen, Klaus Willerging e Jullian Hollender. (Tempo 1979)

O acordo, com duração de 20 anos, visava fomentar a cooperação económica, técnica e educacional entre os dois países (Schenck,2022:2). Ele previa o emprego temporário de jovens moçambicanos na RDA e a formação prática destes como futuros operários, embora com menos foco em formação profissional sólida e mais em aprendizagem produtiva (Lucas, 2002:21; Doering, 1999:160). Durante a visita de Erich Honecker, vários outros documentos complementares foram assinados, reforçando os laços entre os dois estados (Notícia, Maputo, 1979).

As razões para a assinatura do acordo variavam entre os dois países. Para Moçambique, uma das principais motivações foi o regresso massivo de trabalhadores moçambicanos das minas da África do Sul após a independência, o que resultou num aumento do desemprego e numa perda significativa de receitas em divisas. O acordo foi visto como uma solução parcial para este problema (Lucas, 2002:12).

Além disso, o êxodo rural e a saída de colonos portugueses após a independência causaram uma escassez de mão-de-obra nas indústrias. O acordo visava formar quadros especializados que também seguissem ideologias marxistas-leninistas e socialistas, alinhados com os princípios políticos do governo (Lucas, 2002:13; Quive & Machava, 2022:155).

Do lado da RDA, o acordo atendia a necessidades económicas e demográficas. A baixa taxa de natalidade e a perda de população antes da construção do Muro de Berlim resultaram numa escassez de mão-de-obra, e o acordo oferecia uma solução prática. Adicionalmente, ele garantia o acesso a matérias-primas e bens de consumo essenciais para as suas indústrias (Lucas, 2002:13).

A parceria também servia como instrumento para expandir a influência ideológica e económica da RDA na África Austral, consolidando a sua posição no contexto da Guerra Fria (Machava & Quive,2023:158).

Os contratos de trabalho tinham duração de quatro anos, renováveis por mais um ano, dependendo do desempenho dos trabalhadores. A implementação do acordo era

coordenada pelo Ministério do Trabalho, em representação de Moçambique, e pelo Secretário de Estado de Trabalho e Salários, em representação da RDA.

### **3.1.2. Critérios de selecção:**

O acordo de cooperação entre a República Popular de Moçambique e a antiga República Democrática Alemã (RDA) estabelecia critérios específicos para a selecção de jovens trabalhadores que seriam enviados à RDA. Esses critérios foram elaborados conjuntamente pelos dois governos e incluíam:

- Jovens de ambos os sexos, com idades entre 18 e 25 anos.
- Nível mínimo de escolaridade correspondente à quarta classe.
- Aptidão sanitária comprovada por uma avaliação médica conduzida por uma equipa mista de médicos da RDA e de Moçambique. A deslocação dos médicos da RDA era responsabilidade do governo alemão.

Os trabalhadores seleccionados não podiam ser acompanhados pelos seus familiares durante o período de trabalho na RDA. As despesas relacionadas com as viagens eram partilhadas entre os dois estados.

Cada grupo de moçambicanos enviado à RDA era composto por 50 pessoas, supervisionadas por um chefe moçambicano. Este chefe, escolhido entre indivíduos de reputação idónea, tinha várias responsabilidades, incluindo:

1. Promover a cooperação entre os membros do grupo e com as autoridades da RDA.
2. Garantir o cumprimento das tarefas profissionais e a manutenção da disciplina no trabalho.
3. Organizar actividades relacionadas com o trabalho político.

Os trabalhadores com filhos tinham direito a um abono familiar, de acordo com as disposições legais da RDA, sendo esse benefício transferível. Além disso, tinham direito a férias remuneradas e eram dispensados do trabalho durante o feriado nacional de Moçambique, celebrado a 25 de Junho, em comemoração da independência. (Lucas, 2002:13)

## **CAPÍTULO IV: RECRUTAMENTO DAS MULHERES MOÇAMBICANAS PARA A ANTIGA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ.**

Houve dois estágios de recrutamento de mulheres moçambicanas para a antiga República Democrática Alemã (RDA). O primeiro ocorreu entre 1979 e 1985, enquanto o segundo decorreu de 1985 a 1989.

O primeiro estágio foi orientado para a formação de futuras trabalhadoras, com enfoque na capacitação técnica e profissional das mulheres moçambicanas. Já o segundo estágio esteve mais direcionado para a prestação de serviços, respondendo às necessidades específicas das indústrias da RDA (Lucas, 2002:20).

Cada uma das fases teve uma duração aproximada de cinco a sete anos, sendo que o primeiro estágio foi o mais longo em termos de período. Por outro lado, o segundo estágio foi caracterizado pelo auge do recrutamento, com um número mais elevado de mulheres selecionadas. Apesar de sinais indicarem a possibilidade de uma terceira fase a partir de finais de 1989, esta não chegou a ser concretizada (Nhanza,2024:9).

No primeiro estágio, a maioria das mulheres recrutadas era oriunda do norte de Moçambique, refletindo um desequilíbrio regional no processo. No entanto, essa tendência foi invertida no segundo estágio, quando a maior parte das mulheres recrutadas passou a ser da região sul do país. (Entrevistada: Rosa, 15 de Outubro de 2024)

### **4.1. Primeiro estágio de Recrutamento: 1979- 1985**

O primeiro estágio de recrutamento para a antiga República Democrática Alemã coincidiu com o início da guerra civil em Moçambique, protagonizada pela Resistência Nacional de Moçambique (Renamo). Este conflito foi marcado por estratégias militares como sequestros, pilhagens, recrutamento forçado, uso de crianças-soldado e a militarização da população civil. A guerra civil inseriu-se no contexto mais amplo do conflito bipolar da Guerra Fria. (Díaz,2022:14)

Durante este período, a Renamo sabotava infraestruturas fundamentais como caminhos-de-ferro, escolas, hospitais e autocarros, gerando perdas significativas na economia moçambicana (Fernando, 2021:4).

Foi nesse contexto de instabilidade que muitas mulheres moçambicanas tomaram conhecimento do programa de envio temporário de trabalhadores para a RDA. Algumas souberam do programa por meio de anúncios em jornais, como relatou uma entrevistada:

*“Fiquei sabendo sobre o recrutamento através de um anúncio no jornal, que dizia que haviam inscrições para jovens irem trabalhar na Alemanha”* (Entrevistada: Emília Tovane, 20 de Novembro de 2024).

Outras mulheres tiveram acesso à informação por meio de familiares ou conhecidos que estavam envolvidos no processo de inscrição. Uma delas relatou:

*“Tive conhecimento do recrutamento através do meu cunhado, que estava indo inscrever-se para viajar. Então, também decidi ir inscrever-me”* (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024).

O recrutamento ocorreu em diversas esferas. Algumas mulheres foram selecionadas nas escolas, enquanto outras foram recrutadas em empresas, como os Caminhos de Ferro de Moçambique, onde já trabalhavam (Entrevistada: Lídia Júlio, 16 de Outubro de 2024).

No entanto, encontrar mulheres elegíveis para o programa foi um desafio, devido a barreiras culturais que limitavam a participação feminina. Durante este primeiro estágio de recrutamento, apenas 10% dos trabalhadores enviados à RDA eram mulheres, o que correspondia a 758 trabalhadoras. Estas desempenhavam funções em fábricas de linhas, tecidos e produção de cassetes, entre outras indústrias. (Schenck,2022: 8)

As mulheres recrutadas tinham entre 18 e 25 anos e eram submetidas a um rigoroso processo de selecção. A Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJMCS) e outras organizações de massas, coordenadas pelo partido Frelimo, desempenharam um papel crucial no processo. O Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde representaram o governo moçambicano neste acordo: o Ministério do Trabalho era responsável pelo recrutamento, selecção e envio das trabalhadoras, enquanto o Ministério da Saúde realizava os exames médicos (Lucas, 2002:18).

O processo de inscrição exigia documentos como o Bilhete de Identidade (BI) e o cartão militar. Após a inspecção médica, as candidatas iam ao Ministério do Trabalho para emitir o passaporte. Como relatou uma entrevistada:

*“Era necessário levar BI, cartão militar e os resultados não levavam uma semana. Depois da inspecção, íamos ao Ministério do Trabalho para fazer o passaporte”* (Entrevistada: Graça Magaia, 16 de Outubro de 2024).

Os exames médicos, realizados em locais como a Avenida Mau Tsé-Tung e a Avenida 25 de Setembro, eram rigorosos. Os médicos avaliavam minuciosamente a saúde das candidatas e excluíaam albinas, pessoas com tuberculose ou outras condições de saúde consideradas impeditivas. Como observou uma entrevistada:

*“Havia um controlo rigoroso vindo de médicos, onde não eram recrutados albinas, pessoas com tuberculose ou com outros problemas de saúde. Não vi uma mulher muito baixinha nem muito alta indo para a Alemanha.”* (Entrevistada: Matilde Júlio, 16 de Outubro de 2024)

#### **4.1.1. Locais de encontro durante o recrutamento**

As mulheres recrutadas eram concentradas na Machava, onde enfrentavam condições de alojamento precárias. No entanto, as refeições eram consideradas satisfatórias, sendo confeccionadas por uma fábrica de refeições. As trabalhadoras tinham direito a três refeições diárias: matabicho, almoço e jantar, conforme relatado por uma entrevistada:

*“O alojamento era péssimo, excepto as refeições, que eram confeccionadas pela fábrica de refeições. As mulheres tinham direito de matabicho, almoço e jantar”* (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024).

Antes da viagem para a Alemanha, as recrutadas participavam em palestras e assistiam a filmes que apresentavam uma visão da República Democrática Alemã, com o objectivo de prepará-las para o ambiente e as condições que iriam encontrar no país de destino (Lucas, 2002:20).

#### **4.2. Segundo Estágio de Recrutamento 1985-1989**

O segundo estágio de recrutamento para a antiga República Democrática Alemã foi impulsionado pela retirada de trabalhadores cubanos, polacos e argelinos. Este fenómeno ocorreu devido a crescentes tensões e denúncias de exploração laboral. Em 1980, a

Argélia retirou os seus trabalhadores da RDA, e, em 1987, o governo polaco exigiu melhores condições para os seus cidadãos. Ao mesmo tempo, Cuba ameaçou anular o acordo bilateral de trabalhadores devido a relatos de maus-tratos e preocupações de segurança para os seus cidadãos. (Schenck,2022:6)

Diante dessas circunstâncias, surgiu a necessidade de aumentar a mão-de-obra, o que levou ao recrutamento de jovens moçambicanos sem a rigorosa observação de saúde que caracterizava o estágio anterior, especialmente a partir de 1988 (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024).

Este estágio de recrutamento também pode ser compreendido no contexto da crise de fome provocada pela seca de 1981-1983, resultado de desastres naturais que agravaram as condições económicas em Moçambique. (Mubai,2001:5)

Ao contrário do primeiro estágio, neste período já não havia um controlo tão rigoroso sobre os critérios de selecção. A partir de 1987-1988, passou a ser permitida a emigração de pessoas com doenças crónicas ou condições de saúde anteriormente impeditivas, incluindo albinas. A inspecção médica, que antes era rigorosa, tornou-se significativamente enfraquecida (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024).

Outro factor que contribuiu para o aumento da emigração feminina foi a redução da mão-de-obra moçambicana nas minas da África do Sul em 1986 e a implementação do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) em 1987. Este programa obrigou as empresas moçambicanas a ajustar a sua força de trabalho às suas capacidades financeiras, o que agravou o desemprego, sobretudo entre as mulheres. (Lucas, 2002:29) Neste contexto, a oportunidade de migrar para a RDA foi uma alternativa para muitas.

Durante este estágio, o governo de Moçambique assumiu integralmente as despesas relacionadas ao recrutamento e envio das trabalhadoras para a RDA, incluindo exames médicos, hospedagem e alimentação. (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024)

Diferentemente do primeiro estágio, neste período não houve intervenção das organizações de massas, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) ou outras entidades políticas. (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024)

A maioria das mulheres recrutadas neste estágio era oriunda da região sul do Rio Save. Isso deveu-se a questões financeiras, uma vez que as despesas de viagem para recrutadas do centro e norte do país eram mais elevadas. Este estágio esteve predominantemente

voltado à prestação de serviços. Até 1989, 28,8% dos trabalhadores moçambicanos na RDA eram mulheres, correspondendo a um total de 4.114. (Lucas, 2002:29)

#### **4.2.1. Local do encontro durante o recrutamento**

Diferentemente do primeiro estágio de recrutamento, no qual as mulheres eram obrigadas a permanecer no centro de recrutamento na Machava, a partir de 1985, as dinâmicas mudaram. As mulheres passaram a reunir-se diariamente na pousada, que funcionava como o centro principal de encontros. Elas chegavam às 7h e saíam às 17h, seguindo este horário diariamente. ( Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024)

Na pousada, havia integração entre homens e mulheres, organizados em grupos, cada um sob a supervisão de um chefe. Os chefes desempenhavam várias funções essenciais durante o processo de recrutamento. Eram responsáveis por orientar as mulheres em relação aos exames médicos necessários, aos documentos que deveriam apresentar e aos procedimentos administrativos envolvidos no processo. Além disso, os chefes informavam sobre as datas das viagens para a Alemanha, acolhiam as dúvidas e inquietações de cada membro do grupo e realizavam chamadas nominais para controlar as presenças. (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024)

#### **4.3. Requisitos necessários para migrar**

No primeiro estágio de recrutamento (1979-1985), as inscrições eram realizadas exclusivamente no Ministério do Trabalho. Contudo, a partir do segundo estágio (1985-1989), o processo de inscrição foi descentralizado, permitindo que as candidatas se registassem em outros locais nos bairros, como o Mercado Carimbo em Xipamanine, Laulane e outros círculos comunitários, incluindo os Gelados Italianos.

Nos Gelados Italianos, as mulheres entregavam os seus documentos e, em seguida, passavam por exames médicos. Durante esse processo, eram submetidas a exames de gravidez e análises de sangue para verificar a sua condição de saúde. (Entrevistada: Lídia Júlio, 16 de Outubro de 2024)

Após esta etapa, as mulheres eram encaminhadas ao Hospital Central, onde realizavam exames de tórax para detectar possíveis problemas de saúde. Caso fossem consideradas

aptas, o processo prosseguia com o envio dos documentos ao Ministério do Trabalho para emissão do passaporte. Posteriormente, as candidatas eram orientadas a frequentar a pousada diariamente, onde recebiam informações detalhadas sobre a viagem para a Alemanha. (Entrevistada: Graça Magaia, 16 de Outubro de 2024)

#### **4.4. Dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante o recrutamento**

As mulheres enfrentaram diversas dificuldades durante o processo de recrutamento para a antiga República Democrática Alemã, muitas delas relacionadas às condições económicas e às normas culturais da época. Uma das principais barreiras foi a falta de dinheiro para transporte até a pousada, o centro de encontros diários. Algumas mulheres moravam longe e não tinham meios financeiros para cobrir os custos de deslocamento. Como relatou uma entrevistada:

*“Foi muito difícil ir à pousada todos os dias, porque eu não trabalhava e, naquele tempo, era muito difícil ter dinheiro. Não tive apoio da minha família e, por vezes, faltava nos encontros”.* (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024)

Além disso, algumas mulheres enfrentaram resistência familiar quanto à decisão de migrar para a Alemanha, especialmente devido ao facto de serem mulheres. Muitas famílias não viam a migração como uma oportunidade apropriada para elas. Uma entrevistada descreveu as dificuldades em comunicar a sua decisão:

*“Foi muito difícil dizer para a minha família que eu queria migrar para a Alemanha, principalmente ao meu pai, porque eu era a mais nova em casa e não sabia como ele iria receber a informação. Quando fui seleccionada, menti para o meu pai; disse que tinha conseguido emprego na Emoxa, perto da pousada. Era uma aventura sair de um país para o outro, e era difícil por ser mulher”.* (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024)

Além das dificuldades familiares, as mulheres também enfrentaram preconceitos sociais. A sociedade, em geral, não via com bons olhos as mulheres que migravam para a antiga República Democrática Alemã. Um exemplo disso ocorreu quando as mulheres eram levadas da pousada ao aeroporto em camiões, sendo alvo de comentários depreciativos de pessoas que assistiam à sua partida. Conforme relatou uma entrevistada:

*“Quando as pessoas nos viam indo ao aeroporto, diziam o seguinte: Muya Dlantwa Tinguluve ou ‘vão lavar porcos.’”* (Entrevistada: Lúdia Júlio, 10 de Outubro de 2024)

## **CAPÍTULO V: INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL DAS MULHERES MOÇAMBICANAS NA ANTIGA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ.**

Antes da inserção nos sectores de trabalho, as mulheres recrutadas recebiam uma formação profissional politécnica, com duração inicial de seis meses. Durante esse período, aprendiam a língua alemã e frequentavam cursos profissionais relacionados com as áreas onde seriam alocadas (Nhanza, 2024:10).

No entanto, na segunda fase de recrutamento, a duração da formação foi reduzida para dois ou três meses. Como relatou uma entrevistada: “*Quando cheguei na Alemanha em 1987, tive uma formação politécnica de 3 meses.*” (Entrevistada: Amélia Foquiço, 9 de Outubro de 2024)

A formação combinava teoria e prática, incluindo o uso de máquinas industriais. As mulheres eram instruídas tanto por alemães como por trabalhadores mais experientes que já dominavam o equipamento. Uma entrevistada explicou: “*Cada mulher era colocada numa máquina para poder aprender a usá-la, e não havia como escolher onde queria ficar.*” (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024)

No entanto, muitas mulheres enfrentaram dificuldades iniciais, pois trabalhar com máquinas era algo novo e desafiador para a maioria delas. Como relatou outra entrevistada: “*Não foi fácil trabalhar com máquinas. Foi algo muito novo e também difícil.*” (Entrevistada: Irene Mahomed, 16 de Outubro de 2024)

Após a formação, as mulheres foram distribuídas por diversos sectores de trabalho. Mais de dez sectores foram identificados, incluindo: indústria química, indústria pesada, indústria ligeira, agricultura, geologia, minas, transportes, eletrotécnica, interpretação, entre outros. (Nhanza, 2024:10). Contudo, havia sectores que não empregavam mulheres devido à natureza do trabalho. (Entrevistada: Rosa, 15 de Outubro de 2024)

Algumas empresas tinham um número reduzido de mulheres. Por exemplo, na empresa VEB, localizada na província de Magdeburgo, havia apenas 20 mulheres empregadas. (Lucas, 2002:28)

Em contrapartida, empresas como a Têxtil Reining, na província de Halle, e a VEB Kalk und Zement Werk, no distrito de Elbingerode, possuíam sectores exclusivamente femininos devido ao tipo de trabalho realizado. (Lucas, 2002:30). Durante a sua estadia

na Alemanha, as mulheres interagiram com trabalhadores de várias nacionalidades, como angolanos, vietnamitas, cubanos e polacos. Uma entrevistada descreveu esta convivência multicultural: *“Lá na Alemanha, não haviam somente mulheres moçambicanas, haviam outras nacionalidades com as quais trabalhávamos e convivíamos.”* (Entrevistada: Sanita Alfredo, 9 de Outubro de 2024). Além da experiência profissional, as mulheres adquiriram valores socialistas, noções de autonomia e uma perspectiva ampliada sobre a vida adulta. (Machava, 2021:2)

### **5.1. Salários**

O acordo de cooperação entre a República Popular de Moçambique e a antiga República Democrática Alemã permitia a transferência facultativa de parte dos rendimentos dos trabalhadores para Moçambique. Inicialmente, era possível transferir 25% do valor líquido após quatro meses de trabalho e 40% sobre 35 marcos após mais dois meses. A partir de 1985, essa percentagem aumentou para 60% e tornou-se obrigatória, mas, em 1989, voltou a baixar para 40%. (Nhanza, 2024:10)

Além disso, a República Democrática Alemã transferia 50% das contribuições para a segurança social, abrangendo doença, invalidez e reforma, para Moçambique. Entre 1988 e 1989, cada trabalhador moçambicano transferia mensalmente, em média, 300 marcos do seu salário e mais 75 marcos destinados à segurança social. (Nhanza, 2024:10). Os salários variavam entre 700 e 1400 marcos, sendo que aqueles que realizavam horas extras podiam aumentar os seus rendimentos. Como relatou uma entrevistada: *“O salário era de acordo com a meta”*. (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024). As máquinas registavam as metas individuais de produção, como explicou outra entrevistada: *“As máquinas registravam as metas de cada uma.”* (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024).

As mulheres que produziam mais recebiam salários superiores às mulheres alemãs que trabalhavam nos escritórios, desempenhando funções administrativas. Na época, costumava-se dizer que “no escritório não se produz”. O nível académico das trabalhadoras moçambicanas não era considerado para determinar os rendimentos; o critério baseava-se exclusivamente na quantidade de trabalho realizado diariamente. (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024). Muitas mulheres optavam por realizar horas extras para aumentar os seus rendimentos. Para tal, era necessário

inscrever-se ao chegar ao local de trabalho, escolhendo o sector onde desejavam realizar o trabalho adicional. (Entrevistada: Sanita Alfredo, 9 de Outubro de 2024)

Os trabalhadores também recebiam um adiantamento salarial conhecido como *Abschlag*. Este adiantamento, no valor de 200 marcos, era pago a meio do mês e deduzido do salário final. Por exemplo, um trabalhador com um vencimento líquido de 1000 marcos recebia 200 marcos no dia 15 e os restantes 800 no final do mês, totalizando o salário líquido de 1000 Marcos. (Lucas, 2002:28)

### **5.1.1. Horário e regras de trabalho**

As condições de trabalho para as mulheres na antiga República Democrática Alemã variavam de acordo com as empresas em que estavam empregadas, mas eram organizadas em turnos rigorosos. Por exemplo, na empresa têxtil, os horários de trabalho eram divididos em três turnos: das 6h às 12h, das 12h às 22h e das 22h às 6h. (Entrevistada: Amélia Foquição, 7 de Outubro de 2024). Já na empresa de processamento de carne, as trabalhadoras tinham um horário fixo, das 6h às 14h (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024). Em outras empresas, como na de produção de linhas, o horário era das 6h30 às 15h30. (Entrevistada: Savata Manjate, 10 de Outubro de 2024)

Cada turno era supervisionado por um chefe, que normalmente era alemão (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024). O ambiente de trabalho era estritamente controlado, não havendo tolerância para atrasos. Qualquer atraso era automaticamente considerado uma falta. (Entrevistada: Lídia Júlio, 10 de Outubro de 2024)

As trabalhadoras eram obrigadas a manter um certo carácter no ambiente laboral, sendo valorizados o bom comportamento, a responsabilidade, a dedicação, a disciplina e, acima de tudo, a pontualidade. Após o término do expediente, a limpeza do espaço de trabalho era realizada em turnos. (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024).

O controlo das empresas sobre as trabalhadoras era rigoroso. Quando uma mulher faltava ao trabalho, era esperado que estivesse no hospital, caso alegasse questões de saúde. As empresas verificavam directamente com os hospitais se a funcionária estava realmente ausente por motivos médicos. Como relatou uma entrevistada: *“a máfia não funcionava. As empresas tinham controlo de todas as situações. Lá,*

*aproveitava-se todo mundo para trabalhar, ninguém escapava*". (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024)

Apesar da rigidez, as mulheres tinham direito a intervalos. Dentro das empresas, havia pequenas lanchonetes que ofereciam um suporte rápido às necessidades das trabalhadoras: *"havia lanchonetes de socorro nas empresas."* (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024)

Além disso, havia refeitórios onde as trabalhadoras recebiam refeições diárias durante os intervalos. O acesso a essas refeições era feito por meio de cartões identificativos, que continham o nome da trabalhadora e a refeição atribuída para aquele dia. (Entrevistada: Irene Mahomed, 16 de Outubro de 2024)

### **5.1.2. Acidentes de trabalho**

No caso de avarias nas máquinas de trabalho, as mulheres não eram responsabilizadas financeiramente. Quando uma máquina se estragava, era considerada uma avaria, e os responsáveis da empresa acionavam um técnico para proceder ao reparo. (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024).

Em situações de ferimentos no local de trabalho, as mulheres eram levadas para o hospital, e as despesas médicas eram integralmente assumidas pela empresa. Além disso, as trabalhadoras tinham direito a uma indemnização pelos danos causados por acidentes de trabalho, paga numa única prestação ao término do contrato. (Acordo de Cooperação e Amizade entre a RDA e a RPM, 24 de Fevereiro de 1979).

Nos casos de doença, a empresa também assumia a responsabilidade pelos cuidados médicos. Algumas mulheres, devido a problemas de saúde, necessitavam de realizar exames médicos regularmente. Como relatou uma entrevistada: *"Havia mulheres que tinham problemas de saúde e tinham que fazer exames mensalmente"*. (Entrevistada: Savata Manjate, 16 de Outubro de 2024)

O frio extremo do país de destino também causava problemas de saúde para algumas trabalhadoras, apesar das condições existentes para adaptação, como roupas apropriadas e quartos com aquecedores. Uma entrevistada descreveu a sua experiência:

*"Eu tinha problemas de saúde, sentia dor nos ossos por causa da temperatura e sempre tinha que fazer check-ups no hospital."* (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024)

Em casos de morte por acidente de trabalho ou doença profissional, a translação dos restos mortais até Maputo era responsabilidade da empresa. Após a chegada a Moçambique, o governo assumia os custos e procedimentos para encaminhar o corpo até à família e garantir o enterro. (Lucas, 2002:30). Para garantir a protecção no trabalho, as empresas forneciam roupas adequadas para o serviço e medidas de segurança, além de disponibilizarem cacifos individuais para cada trabalhadora. (Lucas, 2002:29).

### **5.1.3. Relações de gênero no trabalho**

As relações entre homens e mulheres, bem como entre moçambicanos e alemães na antiga República Democrática Alemã, eram estruturadas sob o princípio da igualdade. As mulheres eram tratadas nas mesmas condições que os homens, tanto no emprego quanto no lar. Por isso, ocupavam cargos de acordo com suas capacidades e habilidades, podendo exercer funções de chefia no trabalho e no contexto doméstico. Era também possível que as mulheres recebessem remunerações superiores em função das suas responsabilidades nas empresas. (Lucas,2002:28)

Os cargos de maior destaque ocupados pelas mulheres incluíam intérpretes e chefes de internato, conhecidos como Dormech (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024). Além disso, podiam desempenhar funções como supervisoras, mestres e chefes de turno. (Lucas,2002:29)

Como explicou uma entrevistada:

*“Tudo dependia da força que cada um dava no trabalho, não interessa se era mulher ou homem.”* (Entrevistada: Rosa, 15 de Outubro de 2024)

No entanto, em algumas empresas específicas, como a VEB, que empregava apenas 20 mulheres, os critérios de distribuição de tarefas variavam. Nesses casos, devido à natureza do trabalho, preferiam-se homens, e as mulheres eram alocadas em sectores que exigiam menor esforço físico. (Lucas, 2024:28). Apesar dessa igualdade formal, as mulheres enfrentaram formas de violência interseccional, tanto racial quanto de gênero. (Milani,2024:145)

Algumas trabalhadoras relataram experiências de discriminação e bullying por parte de alemães que não gostavam de mulheres negras, ainda que, no papel, todas as mulheres, moçambicanas ou alemãs, tivessem os mesmos direitos no trabalho e fora dele. (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024). Havia também restrições rígidas

em relação aos relacionamentos e à gravidez. As mulheres não podiam namorar com alemães, sob pena de serem expulsas. Como relatou uma entrevistada:

*“Caso uma moçambicana fosse vista com um alemão e denunciada, era mandada embora”.*(Entrevistada: Lídia Júlio, 9 de Outubro de 2024)

A partir de 1981, ficou ainda proibido que as mulheres engravidassem. Se engravidassem, eram imediatamente enviadas de volta a Moçambique, podendo levar apenas 15 kg de bagagem (uma pasta de 5 kg e uma mala de 10 kg). A gravidez era considerada uma violação grave das condições do contrato de trabalho. Como relatou uma entrevistada:

*“Nós não podíamos, em hipótese alguma, ficarmos grávidas. Caso isso acontecesse, éramos mandadas de volta para Moçambique, e ainda nos diziam que fomos lá para trabalhar e não para namorar. Tudo bem que davam pílulas para evitar gravidez, mas eu não sabia que engravidar era pecado.”*  
(Entrevistada: Lídia Júlio, 10 de Outubro de 2024)

As mulheres que engravidavam também eram obrigadas a indemnizar o governo moçambicano pelas despesas de viagem e pelo não cumprimento do contrato. Como consequência, tinham 35% das suas transferências de 60% descontadas. Além disso, essas mulheres não podiam retornar acompanhadas pelos seus parceiros, uma vez que a responsabilidade era inteiramente atribuída a elas. (Lucas, 2002:28). A partir de 1989, o governo da República Democrática Alemã estipulou unilateralmente que mulheres que se manifestassem contra a interrupção da gravidez deixariam de ser enviadas contra a sua vontade. (Oppenheimer,2004:5)

## 5.2. Integração social das mulheres na República Democrática Alemã

As mulheres que chegaram à Alemanha durante o segundo estágio de recrutamento, entre 1986 e 1989, foram inicialmente conduzidas a um hotel. No dia seguinte, foram levadas ao hospital para realizar exames médicos detalhados, assegurando que estavam em boas condições de saúde para trabalhar na Alemanha. Como relatou uma entrevistada:

*“Quando cheguei na Alemanha, foi necessário fazer um check-up no hospital. Os próprios alemães fizeram esse check-up porque queriam ter a certeza de que eu tinha boa saúde e se podia trabalhar na Alemanha. Depois do check-up, deram-me uma vacina para me proteger do frio.”* (Entrevistada: Irene Mahomed, 9 de Outubro de 2024)

Após a saída do hospital, as trabalhadoras foram encaminhadas para os lares onde ficariam alojadas. Chegando aos lares, algumas mulheres puderam escolher com quem queriam dividir o quarto, enquanto outras não tiveram essa oportunidade. Em cada quarto, alojavam quatro pessoas. (Entrevistada: Sara Alfredo, 9 de Outubro de 2024)

As habitações destinadas às mulheres eram separadas das da população alemã e situavam-se dentro dos terrenos das fábricas ou nas proximidades, com a distância entre as moradias e o local de trabalho limitada a um máximo de 40 minutos. (Hernández, 2011:146). Nos lares, o número de residentes variava entre 30 e 100 ou mais trabalhadores. Devido às baixas temperaturas, esses espaços estavam equipados com sistemas de aquecimento. As instalações incluíam cozinhas amplas, casas de banho colectivas e uma sala de estar comum. (Lucas,2002:23)

Como relatou uma entrevistada:

*“Fazíamos escala de limpeza. Tínhamos que trocar a roupa da cama, mas isso dependia de cada uma. No meu lar, havia uma sala colectiva só para mulheres, uma casa de banho colectiva e um lavatório colectivo”.* (Entrevistada: Sanita Langa, 9 de Outubro de 2024)

O incumprimento das escalas de limpeza era penalizado com multas que variavam de 20 a 500 marcos, dependendo da gravidade da infração. O valor arrecadado era enviado à delegação do Ministério do Trabalho ou revertido para o fundo social do grupo. Este fundo era utilizado para despesas de carácter social e recreativo, como festas, e gerido pelo representante do grupo. (Lucas, 2002:26)

No entanto, as mulheres enfrentaram dificuldades relacionadas ao acesso à água potável. A água disponível estava contaminada, um resquício dos danos causados pela Segunda Guerra Mundial, durante a qual bombas e substâncias químicas foram lançadas, comprometendo os recursos hídricos. Mesmo após lavar as mãos, elas ficavam pálidas, e as trabalhadoras eram frequentemente avisadas para não consumir aquela água. Em vez disso, recebiam um sumo levemente adoçado como substituto, embora este não fosse suficiente para saciar a sede.

Algumas trabalhadoras sofreram consequências graves pelo consumo da água contaminada, incluindo a necessidade de intervenções médicas. Como relatou uma entrevistada: “*Viajei com a minha prima e, infelizmente, ela passou por uma operação na Alemanha causada pelo consumo da água.*” (Entrevistada: Graça Magaia, 16 de Outubro de 2024)

### **5.2.1. Tempo de Lazer**

Quando as mulheres chegaram à Alemanha, receberam passaportes válidos exclusivamente para a antiga República Democrática Alemã (RDA), o que lhes impedia de viajar para países terceiros. (Acordo entre a RDA e a RPM sobre o envio temporário de trabalhadores moçambicanos em empresas socialistas na RDA, 24 de Fevereiro de 1979). Dentro do território alemão, entretanto, tinham liberdade para viajar e conhecer diferentes cidades sem restrições. Como relatou uma entrevistada:

*“Eu viajava muito na Alemanha. Conheci diferentes cidades além de Dresden e Berlim; pude visitar Erfurt, Karl-Marx-Stadt e outras cidades”.* (Entrevistada: Savata Fernando, 16 de Outubro de 2024)

Apesar dessa liberdade de circulação, as mulheres frequentemente enfrentavam episódios de racismo. Isso era especialmente evidente durante compras ou envios de bens de consumo duradouros, frequentemente escassos no mercado da RDA. Insultos também eram comuns em recintos desportivos, transportes públicos, restaurantes e discotecas. Esses actos de discriminação eram recorrentes.

Nos finais da década de 1970, registou-se um aumento das agressões xenófobas na RDA. No entanto, a visão oficial do governo negava a existência de tais incidentes, alinhando-

se à narrativa de que a sociedade socialista era igualitária e livre de preconceitos  
(Hernández,2011:6)

## **CAPÍTULO VI: REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA E REPATRIAMENTO.**

Durante o período de emigração de moçambicanos para a República Democrática Alemã (RDA), o mundo estava marcado pela Guerra Fria, caracterizada pela competição ideológica, política e económica entre as superpotências Estados Unidos e União Soviética. Cada superpotência buscava ampliar sua influência e propagar seu modelo de sociedade: o capitalismo, no caso dos Estados Unidos, e o socialismo, no caso da União Soviética. Foi nesse contexto que a Alemanha foi dividida em dois estados distintos: a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã. Em 1961, a construção do Muro de Berlim tornou-se o maior símbolo desse conflito global.

No dia 2 de Maio de 1989, o governo húngaro decidiu abrir suas fronteiras com a Áustria, uma decisão que repercutiu por todo o mundo socialista. Em consequência, as embaixadas da RDA em Praga e Varsóvia começaram a receber um número crescente de emigrantes da RDA. Paralelamente, o descontentamento da população com o governo de Erich Honecker intensificou-se, culminando em duas manifestações históricas: a primeira em Dresden, no dia 7 de Outubro de 1989, e a segunda em Leipzig, a 9 de Outubro (Trapp et al,2024:7).

No dia 9 de Novembro de 1989, o Muro de Berlim caiu, resultado de um mal-entendido acerca do anúncio de uma nova lei que liberalizaria as fronteiras entre a RDA e a República Federal da Alemanha. Embora a medida estivesse programada para entrar em vigor no dia 10 de Novembro de 1989, foi interpretada como imediata, levando a multidões a ultrapassarem o muro naquela noite histórica. (Trapp, Agatha 2024: 7)

A unificação da Alemanha prosseguiu com as primeiras eleições livres para a Câmara do Povo, realizadas no dia 18 de Março de 1990. Nessas eleições, os partidos favoráveis à unidade alemã obtiveram três quartos dos votos, consolidando o processo de reunificação (Lucas, 2002:38).

Finalmente, no dia 9 de Dezembro de 1990, a República Democrática Alemã foi formalmente reunificada com a República Federal da Alemanha. A reunificação trouxe impactos económicos significativos para a antiga RDA. Cerca de 40% das indústrias foram encerradas por não cumprirem os padrões ecológicos da República Federal da Alemanha. Adicionalmente, várias indústrias e cooperativas declararam falência,

resultando num aumento expressivo do desemprego entre cidadãos alemães e trabalhadores estrangeiros (Zacarias,1999).

Este processo teve consequências directas para os trabalhadores moçambicanos na RDA. O acordo bilateral de cooperação no domínio do emprego foi denunciado, levando à rescisão dos contratos temporários de trabalho. Isso provocou o regresso massivo e desordenado de moçambicanos a Moçambique. No total, 1.471 mulheres foram afectadas pela queda do Muro de Berlim, com a interrupção abrupta dos seus contratos de trabalho. (Lucas,2002:31).

### **Registro do Número Total de Mulheres Moçambicanas Afectadas pela queda do Muro de Berlim**

<b>Sub-Delegado</b>	<b>Mulheres</b>
<i>Núcleo de Berlim</i>	131
Berlim	224
Leipzig	65
Halle	332
Dresden	368
Karl-Marx-Stad	264
Erfurt	87
<b>Soma</b>	<b>1471</b>

**Fonte:** LUCAS, Aníbal, 2002

### **6.1. Impacto da Reunificação para Moçambique e para as Mulheres**

A reunificação da Alemanha trouxe mudanças políticas, económicas e sociais significativas tanto para a Alemanha como para Moçambique.(Schenck,2022:2). As mulheres moçambicanas que foram repatriadas para Moçambique após a reunificação enfrentaram desafios, incluindo a falta de informações sobre possíveis benefícios ou indemnizações. Como relatou uma entrevistada:

*“Quando recebi a notícia de que devia voltar para Moçambique, era antes de terminar o meu contrato, e mesmo assim não tive informações sobre a indemnização”.* (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024)

A situação teve um impacto directo e desproporcional sobre as mulheres moçambicanas, especialmente por serem estrangeiras. Elas eram particularmente vulneráveis ao racismo e à xenofobia, o que contribuiu para o desejo de muitas de retornarem ao seu país após a reunificação. Além disso, a reunificação teve implicações económicas em Moçambique, que perdeu uma importante fonte de receitas. Estima-se que o país deixou de receber cerca de 30 milhões de dólares anualmente com o fim dos acordos de trabalho.(Lucas, 2002:41)

Embora a experiência migratória tenha tido impactos positivos e negativos, algumas mulheres avaliaram sua permanência na Alemanha de forma positiva. Para muitas, migrar significou escapar da guerra entre a FRELIMO e a RENAMO, encontrando na Alemanha um refúgio seguro. Como relatou uma entrevistada:

*“Naquele tempo, era um lugar seguro, diferente de Moçambique, que estava em guerra”.* (Entrevistada: Amélia Foquiço, 7 de Outubro de 2024)

Outro aspecto positivo foi o aprendizado proporcionado pela convivência com pessoas de diferentes culturas e línguas. Como destacou uma entrevistada:

*“Aprendi a conviver com outras raças, embora isso tenha levado tempo, e também tive a oportunidade de aprender alemão.”* (Entrevistada: Graça Magaia, 16 de Outubro de 2024)

Além disso, a migração permitiu a aquisição de habilidades profissionais e experiência de vida. Uma entrevistada relatou:

*“Fui à Alemanha e, graças a isso, aprendi um trabalho e ganhei experiência de vida. Até aprendi a ser romântica, por causa da forma como os alemães se tratavam. Eles são muito amorosos” (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024).*

A oportunidade de comprar vestuário e outros bens materiais para as suas famílias também foi vista como um benefício. Esses bens incluíam electrodomésticos, roupas, veículos, aparelhos de som e motos, itens que não eram acessíveis em Moçambique na época (Machava, 2011).

Outra entrevistada destacou o simbolismo de ter viajado de avião:

*“Não morri sem subir num voo, pelo menos vou morrer feliz” (Entrevistada: Lídia Júlio, 16 de Outubro de 2024)*

Contudo, a experiência migratória também trouxe impactos negativos. Algumas mulheres lamentaram o tempo que passaram na Alemanha, afirmando que poderiam ter concluído os estudos universitários se tivessem permanecido em Moçambique. Outras relataram problemas de saúde, como dores nos ossos, causadas pelas temperaturas extremas. Como explicou uma entrevistada:

*“Eu não aguentava a temperatura, e isso causou-me dores nos ossos. Sofro muito por causa disso, e se eu não tivesse ido, teria terminado até a minha faculdade” (Entrevistada: Amélia Matilde, 16 de Outubro de 2024)*

Outra desvantagem relatada foi a frustração de não terem recebido os 60% dos salários que foram transferidos para Moçambique durante o período de trabalho na Alemanha.

## **CAPÍTULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Acordo de Cooperação e Amizade, assinado a 24 de Fevereiro de 1979 entre a República Popular de Moçambique (RPM) e a República Democrática Alemã (RDA), marcou um momento histórico ao permitir, pela primeira vez, a emigração de mulheres moçambicanas para um país estrangeiro. Este acordo reflectiu interesses mútuos, beneficiando ambos os estados e as trabalhadoras envolvidas.

A RDA aceitou receber mão-de-obra moçambicana devido à sua necessidade urgente de trabalhadores. Este défice era causado pela baixa taxa de natalidade no país e pela saída de trabalhadores de outras nacionalidades, como argelinos, polacos e cubanos. Além disso, o acordo representava uma oportunidade para expandir a influência do socialismo em África, consolidando alianças ideológicas no contexto da rivalidade entre o Bloco de Leste e o Ocidente. A RDA também visava garantir o acesso a matérias-primas provenientes de Moçambique, que eram escassas em território alemão.

Por outro lado, a República Popular de Moçambique assinou o acordo como uma estratégia para mitigar o desemprego crescente, agravado pela redução do recrutamento de trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul em 1976, que teve um impacto negativo significativo na economia nacional. Além disso, a emigração feminina oferecia uma nova fonte de receitas e ajudava a aliviar a falta de mão-de-obra qualificada, resultante do êxodo de técnicos e trabalhadores portugueses após a independência.

Para as mulheres moçambicanas, a emigração representou uma oportunidade de melhorar as suas condições de vida em vários aspectos. Muitas fugiam da fome provocada pela seca de 1983 e dos horrores da guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO, encontrando na RDA um refúgio seguro. Outras viam na migração uma chance de independência económica, enquanto algumas buscavam superar desafios pessoais, como desilusões amorosas, ou simplesmente realizar o sonho de conhecer a Europa.

A integração nas empresas alemãs foi precedida por um curso de formação profissional politécnica. Durante o primeiro estágio de recrutamento, entre 1979 e 1985, esta formação tinha uma duração de seis meses e era mais estruturada, com critérios rigorosos de selecção. No entanto, no segundo estágio, de 1985 a 1989, a duração foi reduzida para

três meses, e os critérios de selecção tornaram-se mais flexíveis, permitindo o recrutamento de pessoas sem os requisitos adequados. Após a formação, as mulheres foram alocadas em sectores como têxteis, indústria química, agricultura e electrotécnica, desempenhando funções variadas e importantes.

Apesar das oportunidades oferecidas, as mulheres enfrentaram restrições rígidas na RDA. Diferentemente dos homens, não podiam namorar alemães nem engravidar. Caso uma mulher engravidasse, era imediatamente enviada de volta para Moçambique, podendo levar apenas 20 kg de bagagem. Os supervisores justificavam essas regras afirmando que elas estavam lá para trabalhar, e não para estabelecer relações pessoais.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, seguida pela reunificação da Alemanha em 1990, trouxe profundas consequências. O acordo de cooperação foi rescindido, resultando na rescisão dos contratos de trabalho e no regresso abrupto de 1.471 mulheres moçambicanas. Muitas foram surpreendidas com o término prematuro dos seus contratos e retornaram sem indemnizações ou explicações claras. Este regresso inesperado deixou muitas delas desamparadas, enfrentando dificuldades para se reintegrar numa economia moçambicana ainda fragilizada pela guerra civil.

Apesar das adversidades, a experiência migratória teve impactos positivos para algumas mulheres. Muitas consideraram a Alemanha um refúgio seguro durante a guerra em Moçambique, enquanto outras valorizaram o aprendizado da língua alemã, o contacto com diferentes culturas e o de habilidades profissionais. A migração também lhes permitiu adquirir bens materiais, como electrodomésticos, veículos e roupas, inacessíveis em Moçambique na época. Para algumas, viajar de avião foi uma experiência marcante, como descrito por uma trabalhadora:

*“Não morri sem subir num voo, pelo menos vou morrer feliz.”*

No entanto, os impactos negativos não foram poucos. Algumas mulheres voltaram com problemas de saúde, como dores ósseas devido às temperaturas extremas, enquanto outras lamentaram o tempo perdido, que poderia ter sido usado para concluir estudos superiores em Moçambique. Além disso, a ausência de indemnizações e o não recebimento das transferências de 60% dos seus salários representaram perdas significativas.

O Acordo de Cooperação e Amizade e os eventos que se seguiram revelam a complexidade das experiências vividas pelas mulheres moçambicanas na RDA, marcadas

por desafios, conquistas e consequências que moldaram as suas vidas de forma profunda e duradoura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Artigos:

MILANI, Ada (2024): **Madgerman's: Migration, trauma, memory In Postcolonial Mozambique**. Itália, Aletria revista de estudos de literatura vol.34,nº 2, pp 139-156

QUIVE, Samuel, MACHAVA, Adérito, (2023): **Eine zerbrochene vision? Wie Samora Machel projekt fur eine Elitebulding der DDR entgleiste**. Pp 154-174

TRAPP, Agatha; SALDANHA,Erik; COCCO,Joane; GEISS,Matheus; MALLET, Thor(2024): **A queda do bloco socialista e a Reunificação da Alemanha (1989)**. Comité histórico

FERNANDO, Celestino (2020): **as três (3) Transformações Políticas da Renamo: A Causa da Guerra civil em Moçambique**. Oficina do historiador, pp 1-11

FERNANDO, Celestino: **Operação produção: A estratégia de inserir os Chamados improdutivos, parasitas e inimigos da revolução no governo de transição em Moçambique entre 1975 a 1992**. Revista Espacialidades, vol 15, Nº 1

FERNANDO , Celestino (2021): **O outro lado da história de Moçambique: Surgimento da Renamo entre (1977-1992) Como alternativa para construção da Democracia Multipartidaria, e Identidade Mocambicana**. Revista História em Reflexão, vol 15,N29

DIAZ , José Alejandro(2022): **As relações Internacionais da Construção do Estado em Moçambique: pós-independência, Guerra civil e Transições Políticas**. Associação Brasileira de Relações Internacional, Belo Horizonte, v 17, nº 2

MACHAVA, Fernando (2011): **Ecos of the past: The socialism impact in the return dos Madgerman's**

HERNÁNDEZ, Héctor. G(2006). **MIGRAÇÃO E SOCIALISMO COLONIAL: O CASO DOS TRABALHADORES MOÇAMBICANOS NA RÉPÚBLICA DEMOCRÁTICA**

**ALEMÃ.** 30º Encontro Annual da ANPOCS 24 a 28 de Outubro. Caxambu, MG.

HERNÁNDEZ, Hector Guerra(2008): *Fronteiras: Os nossos governantes estão cheios de dinheiro: Construção de pertença em torno do dinheiro:* Construção de alteridades e sentimentos de pertença em torno do dinheiro. O caso dos Madgermanes em Moçambique, *Fronteiras: Revista de História*, vol.10,núm. 18, Júlio-diciembre,pp 137-166), Universidade federal da Grande Dourados

OPPENHEIMER, Jockey(2004): **Madgerman's: Trabalhadores Moçambicanos na Antiga República Democrática Alemã.** Centro dos Estudos Sociais, Faculdade de Economia de Coimbra

HOWELL, Jude(1994): **O fim de uma era: A ascensão e queda da ajuda da RDA.** *Jornal de estudos modernos*, vol 32, n° 2, Cambridge: University press Cambridge, pp 305-328

MACHEL, Júlio: *Já não vale a pena ir para lá.*

SCHENCK, Márcia(2023): **A Short history of Mozambican Madgerman's.** Potsdam: Universidade de Potsdam

MENESES, Maria( 2019): **Xiconhoca, o Inimigo: Narrativas de Violência Sobre a Construção da Nação em Moçambique.** Maputo, vol 6

MULLER, Tanja(2018): **The imaginary of socialism citizenship in Mozambique: The school of friendship as an affective community** of Friendship as an Affective Community“. In: *Twentieth Century Communism*, N° 15

RIBEIRO Orquídea; FONSECA, Daniela (2015): **Centros de Reeducação em Moçambique (1975-1985): Memórias, Silêncio e discursos Jornalísticos** . *Revista Crítica e Ciências Sociais*

CARVALHO , Xénia (2020): **Em Moçambique...Épa,Porra! Os filhos dos dirigentes tinham uma escola !” -Memórias de três gerações e suas narrativas escolares em África subsariana.** Lisboa: Portugal, Centro de estudos Africanos

#### **Monografias:**

NHANZA , Américo (1979-2019): **História dos ex- trabalhadores Moçambicanos na antiga república Democrática Alemã após a recisão unilateral dos contratos 1979-2019.** Maputo, Faculdade de Letras e Ciências Sociais

LUCAS, Aníbal Fernando(1979-1990): **Mão-de-obra Moçambicana emigrante na Ex República Democrática Alemã.** Maputo, Faculdade de Letras e Ciências Sociais

MUBAI, Marlino (2001): **A seca e a ajuda humanitária como factores para o fim da Guerra em Moçambique: O caso do distrito de Zavala, 1982-1992.** Maputo, Faculdade de Letras e Ciências Sociais

#### **Tese:**

MUNGOI, Dulce Maria(2010): **Identidades viajeiras família e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de Moçambicanos para as minas na terra do rand , África do Sul.** Porto alegre

HERNÁNDEZ, Hector: Ma(d)jermans (2011): **Passado colonial presente diasporizado. Reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do Socialismo colonial Europeu.** Campinas

CABAÇO, José (2007): **Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação.** São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas: Departamento de Antropologia

#### **Livros:**

CEA (1977): O Mineiro Moçambicano: **Um estudo sobre a exportação da mão- de- obra.** Maputo: CEA

CRUSH, J; JEEVES,A; YUDELMAM, D(1991) : **South Africa's labor empire: A history of black migrancy to the gold mines**, Boudier

COVANE, Luís (1850-1964): **As relações económicas entre Moçambique e África do sul,, 1850-1964. Acordos e regulamentos principais**, Maputo

COVANE, Luís (2001): **O trabalho migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique, 1920-1992**. Maputo

LANGA, Ercílio Neves Brandão: **Diplomacia externa de Moçambique: 1º governo pós- independência-** Samora Machel (1975-1986)

GASPAR, Napoleão (2006): **The reduction of Mozambican workers in South African, 1975-1992: A case Study of the Consequences for Gaza province district of Chibuto.**

JAMES, W(1992): **Our precious Metal: African labour in South Africa' s gold industry,1970-1990**

HEAD, Judith (1994): **Migrant labour from Mozambique: What prospect? Paper for workshop transforming mine Migrancy in the 90' s**, university of Cape Town, 27-29 Jun 1994.

SCHENECK, Márcia: **Remembering African Labour Migration to second world: Socialism, Mobilities, between Angola, Mozambique and East Germany Republic, 1975- 2015**. PHD diss. Princeton University

FERREIRA, Rita(1988): **Moçambique pós 25 de Abril: Causas do êxodo rural da população de Origem europeia e Asiática**, In Mozambique: Cultura e história de um país. Actas da V semana de Cultura Africana. Universidade de Coimbra: Instituto de Antropologia

#### **Fontes do arquivo:**

ELIAS, Antônio: *O regresso inesperado*. Maputo, AHM

## **Jornais**

„ *O Tratado* “, In Notícias, N° 18002 24 de Fevereiro de 1979

Notícias, N° 25135 de 25 de Agosto de 1979

Visita presidencial RDA: Um salto qualitativo nas relações entre povos, partidos e estados. Notícias 21 de Outubro de 1980

„ *Visita Presidencial a RDA* “ Um salto qualitativo nas relações entre os dois povos, partido e estados “ In: Notícias 21 de Outubro de 1980

„ *Somos Soldados da Frelimo* “, In Notícias: 26 de Novembro de 1983

Noticias, N° 7 de Maio de 1984

## **Revista tempo**

“*Cooperação e Amizade entre a RDA e a RPM, 24 de Fevereiro de 1979*” In Tempo, n° 438, de fevereiro de 1979

Tempo, n°1035 de 12 de Agosto de 1990

Tempo, n° 1048 de 11 de Novembro de 1990

## **Entrevistas**

Amélia Foquiço, 7.10.2024, Maputo, Moçambique

Amélia Matilde, 16.10.2024, Maputo, Moçambique

Emília Tovane, 20.11.2024, Maputo, Moçambique

Graça Magaia, 16.10.2024, Maputo, Moçambique

Irene Mohamed, 16.10.2024, Maputo, Moçambique

Lídia Júlio, 16.10.2024, Maputo, Moçambique

Rosa, 15.10.2024, Maputo, Moçambique

Sanita Langa, 9.10.2024, Maputo, Moçambique

Savata Manjate, 16.10.2024, Maputo, Moçambique

## **Cronologia**

1961: Construção do Murro de Berlim

1963: Início das relações entre Moçambique e RDA

1975: Independência de Moçambique

1977: A FRELIMO adoptou o marxismo-leninista

1977: Início da Guerra civil em Moçambique

24 de Fevereiro de 1979: Assinatura do acordo cooperação e amizade bilateral entre Moçambique e República Democrática Alemã

1979-1985: Primeira fase de recrutamento de trabalhadores

1979-1985: 10% de trabalhadores Moçambicanos eram Mulheres

1980: Retirada de trabalhadores da Argélia

1981- 1983: Seca em Moçambique

1981: Mulheres grávidas eram mandadas de volta a Moçambique imediatamente

1985-1989: Segunda fase de recrutamento de trabalhadores

1985-1989: 28% de trabalhadores Moçambicanos eram Mulheres

1985: Não era obrigatório viver na pousada

1985: Subiida do vor líquido de 40% para 60%

1986: houve redução da mão de obra Moçambicana na África do Sul

1987: Governo Polonês ameaça anular o acordo bilateral de trabalhadores

1987 o governo Polonês exigiu melhores tratamentos de seus trabalhadores e 1987: o governo Cubano ameaçou anular o acordo bilateral de trabalhadores

1987: Introduziu-se o Plano de Reajustamento Estrutural

1987-1988: Inicio da emigração de Albinos

1988: Recrutamento de Antigos estudantes Moçambicanas na República Democrática Alemã

1989: 28,8% de trabalhadores na antiga República Democrática Alemã eram mulheres.

1989: O governo da República Democrática Alemã estipulou unilateralmente que as mulheres voltavam por vontade própria caso fossem grávidas

1989: Valor líquido descer para 40%

2 de Maio de 1989: Abertura da fronteira da Hungria e Áustria

7 de Outubro de 1989: Manifestam em Dresden

9 de Outubro de 1989: Manifestação em Leipzig

10 de Novembro de 1989: Entrou em vigor a lei liberal

9 de Novembro de 1989: Queda do Muro de Berlim

18 de Março de 1990: realização das primeiras eleições livres

9 de Dezembro de 1990: Reunificação da República Democrática Alemã e da República Federal Alemã

1990: Regresso dos trabalhadores Moçambicanos em Moçambique

## **Anexos**

### **Guião de entrevista para as Mulheres**

1. Nome completo
2. Idade
3. Como ficou sabendo sobre o recrutamento de Mulheres?
4. Porquê decidiu ir a Alemanha?
5. Quais documentos eram Necessários para inscrever-se?
6. Como a sociedade olhava a emigração de uma mulher?
7. Qual foi o passo a seguir, de inscrever-se ?
8. Como ficou sabendo que viajaria?
9. Quais instruções recebeu antes de ir a Alemanha?
10. Quando viajou?
11. O que fez no primeiro dia que chegou?
12. Como ficou sabendo das empresas em que devia trabalhar?
13. Como era o trabalho?
14. Como era a relação que tinha com seus patrões?
15. Quanto recebia?
16. O que acontecia em casos de acidente de trabalho?
17. Mulheres podiam ter cargos elevados?
18. Como era a vida fora do trabalho?
19. Quais foram os desafios enfrentados na Alemanha?
20. Valeu a pena ter viajado?
21. Como foi o regresso?